



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CÍVEL DE SOCORRO DA COMARCA DE N. SRA. DO SOCORRO
Rua Dr. Manoel dos Passos, Bairro Centro, N. Sra. Do Socorro/SE, CEP 49160000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Dados do Processo

Processo: 202088100080	Distribuição: 15/01/2020
Número Único: 0000328-94.2020.8.25.0053	Competência: 2ª Vara Cível de Socorro
Classe: Procedimento Comum	Fase: POSTULACAO
Situação: Andamento	Processo Principal: *****
Processo Origem: *****	

Assuntos

- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Seguro Obrigatório - Invalidez
- DIREITO CIVIL - Responsabilidade Civil - Indenização por Dano Moral - Ato Ilícito

Dados das Partes

Requerente: LUIZ GUSTAVO ALCANTARA SANTOS
Endereço: AV. COLETORA A
Complemento: CJ. MARCOS FREIRE I
Bairro: TAICOCA
Cidade: NOSSA SENHORA DO SOCORRO - Estado: SE - CEP: 49160000
Requerente: Advogado(a): ELTON SOARES DIAS 10289/SE
Requerido: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
Endereço: RUA SENADOR DANTAS - 5º ANDAR
Complemento: PRÉDIO
Bairro: CENTRO
Cidade: RIO DE JANEIRO - Estado: RJ - CEP: 20031201



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE SOCORRO DA COMARCA DE N. SRA. DO SOCORRO
Rua Dr. Manoel dos Passos, Bairro Centro, N. Sra. Do Socorro/SE, CEP 49160000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

Processos Apensados:

--

Processos Dependentes:

--



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE SOCORRO DA COMARCA DE N. SRA. DO SOCORRO
Rua Dr. Manoel dos Passos, Bairro Centro, N. Sra. Do Socorro/SE, CEP 49160000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202088100080

DATA:

15/01/2020

MOVIMENTO:

Distribuição

DESCRIÇÃO:

Registro eletrônico de Processo Judicial sob nº 202088100080, referente ao protocolo nº 20200115164803189, do dia 15/01/2020, às 16h48min, denominado Procedimento Comum, de Invalidez, Ato Ilícito.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



**EXCELENTÍSSIMO (A) SENHOR (A) DOUTOR (A) JUIZ (A) DE DIREITO
DA ____ VARA CÍVEL DE NOSSA SENHORA DO SOCORRO/SE.**

LUIZ GUSTAVO ALCANTARA SANTOS, brasileiro solteiro, motorista, RG nº 30368049 SSP/SE, CPF nº 022.218.065-06, residente e domiciliado à Avenida Coletora, nº 2317, Bairro Centro, Nossa Senhora do Socorro/SE, CEP: 49160-000, vem, através do seu advogado e procurador *in fine*, (procuração anexa), com escritório profissional na Travessa Guaporé, nº 889, bairro América, Aracaju/SE, local onde recebe notificações e intimações, vem, respeitosamente a presença de Vossa Excelência, para propor:

**AÇÃO DE COMPLEMENTAÇÃO DO SEGURO DPVAT C/C PEDIDO DE
DANO MORAL**

em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVATS/A**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita com CNPJ nº 09248608/0001-04, com endereço na Rua Senador Dantas, nº 74 - 5º Andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP: 20.031-201, pelos fatos que a seguir expõe:

**QUANTO À AUDIÊNCIA DE CONCILIAÇÃO (ARTIGO 319,
INCISO VII DO NOVO CPC)**

01. O Requerente opta pela não realização de audiência conciliatória (artigo. 319, inciso VII do novo CPC).

I - DOS FATOS

02. O Requerente foi vítima de um acidente de trânsito quando transitava de moto pela Avenida Desembargador Maynard, um outro veículo que vinha pela Rua Bahia furou o sinal vermelho e colidiu com a motocicleta pilotada pelo Requerente, derrubando o autor e sua esposa na pista de rolamento, o Requerente e sua esposa foram socorridos pela SAMU e encaminhado para o HUSE – Hospital de Urgência de Sergipe, onde foi diagnosticado fratura no cotovelo direito, relato obtido no boletim de ocorrência em anexo.

03. O fato do acidente é incontroverso, pois a Requerida reconheceu o acidente e procedeu o pagamento da indenização em virtude das sequelas deixadas pelo acidente, porém em valor inferior ao que deveria ter pago ao Requerente.

04. O Requerente, passou por diversos procedimentos médicos afim de conseguir se recuperar dos problemas causados pelo acidente de trânsito sofrido como podemos verificar pelos relatórios médicos e prontuários médicos aqui anexados.

05. Como pode ser visto no corpo probatório anexado a esta Exordial, o fato do acidente de trânsito está cabalmente provado, assim como as sequelas deixadas por ele, entretanto, a Requerida pagou a indenização em valor menor do que deveria, **mesmo tendo sido juntado no processo administrativo, relatório médico do especialista em Ortopedia e Traumatologia, Doutor Renato Teixeira - CRM - 1450, atestando que o acidente deixou no Requerente danos permanentes que causaram a perda parcial da função e debilidade física do membro superior direito.**

06. Como pode ser visto nos prontuários médicos, em especial os Relatórios Médicos Especializados, o acidente causou no Requerente sequelas permanentes, porém, a Requerida pagou a indenização em valor a menor do que deveria ter pago.

07. Conforme se vê no resultado da consulta do sinistro acima mencionado, **a Requerida pagou a indenização no valor de R\$337,50 (trezentos e trinta e sete e cinquenta centavos), quando deveria ter pago o valor de R\$9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais) referente a perda parcial permanente do membro superior direito.**

08. Assim, em virtude da indenização devida ao Requerente ter sido paga em valor inferior ao que de fato faz *jus*, não lhe restou outro meio que não fosse valer-se do Poder Judiciário para resguardar os seus direitos.

II – DO DIREITO

II-I DO DEVER DE INDENIZAR DA REQUERIDA

09. O seguro DPVAT, é o seguro responsável pelo pagamento da indenização aos que tiveram danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, instituído pela Lei 6.194/74, é um procedimento simples, e que para fazer a solicitação e pleitear o seguro, basta apenas comprovar o acidente de trânsito e os danos sofridos em decorrência do mesmo, além disso, sequer é preciso comprovar a culpa dos envolvidos, entendimento do artigo 5º da Lei 6.194/74, abaixo transcrito.

“Art . 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simplesprova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.”
(Grifamos)

10. Já os artigos 3º e 7º da Lei 6.194/74 (abaixo transcritos), estabelecem as regras para o pagamento de seguro e não faz distinção entre os envolvidos no acidente, referindo-se tão somente à pessoa vitimada, o que estende seu alcance a qualquer um que tenha sofrido um acidente de trânsito:

“Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada”

(...)

Art. 7º A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei.”

(Grifos nossos)

11. Como podemos ver o Requerente esta coberto pela lei e o seu direito a receber o seguro é cristalino, ciente disso, seguiu todos os procedimentos para obter o seguro, juntando toda a documentação necessária, documentos aqui também colacionados, comprovando o acidente de trânsito e os danos sofridos, apesar da Requerida ter reconhecido o acidente, não efetuou o pagamento da indenização no valor que o Autor faria *jus*, ou seja, pagando a menor.

12. Conforme pode ser comprovado junto às provas aqui colacionadas, nos laudos, nos relatórios, nas fichas médicas e nos exames, o acidente de trânsito, deixou o Requerente com sequelas funcionais permanentes, devendo assim a Requerida, ser condenada a pagar a diferença da indenização paga a menor no valor de R\$9.112,50 (nove mil e cento e doze reais e cinquenta centavos), referente aos danos causados em seu membro superior direito, o valor está de acordo com a tabela anexada pela Lei nº 11.945, de 2009, que estabelece valores para cada membro lesionado.

ANEXO

(Incluído pela Lei nº 11.945, de 2009).
(Produção de efeitos).

(art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974)

<i>Danos Corporais Totais</i> <i>Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico</i>	<i>Percentual da Perda</i>
<i>Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores</i>	100
<i>Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés</i>	
<i>Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior</i>	
<i>Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral</i>	
<i>Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental</i>	
<i>alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre</i>	
<i>deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d)</i>	
<i>comprometimento de função vital ou autonômica</i>	
<i>Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital</i>	
<i>Danos Corporais Segmentares (Parciais)</i> <i>Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores</i>	<i>Percentuais das Perdas</i>
<i>Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos</i>	70
<i>Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores</i>	
<i>Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés</i>	50
<i>Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo Polegar</i>	25
<i>Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo</i>	
<i>Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da Mão</i>	10
<i>Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé</i>	
<i>Danos Corporais Segmentares (Parciais)</i> <i>Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais</i>	<i>Percentuais das Perdas</i>
<i>Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou</i>	50

<i>da visão de um olho</i>	
<i>Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral</i>	25
<i>Perda integral (retirada cirúrgica) do baço</i>	10

II-II - O DANO MORAL

13. O Requerente, através de ato praticado pela Requerida, recebeu a indenização a menor do que deveria, mesmo tendo sido juntado no processo administrativo, relatório médico especializado, ou seja, estando o Requerente em conformidade com a lei específica do benefício e preenchido os requisitos para ter acesso a indenização em valor superior àquele pago.

14. Ademais, a conduta praticada pela Requerida de não pagar o supracitado valor devido ao Requerente, além de prejudicá-lo, prejudicou também a sua família, que ficaram sem acesso a uma renda que os ajudariam no custeio de seu tratamento médico necessário para diminuir todas as sequelas decorrentes do acidente. Diante disso, o Código Civil de 2002, em especial nos seus artigos 186, 187 e 927, abaixo transcritos, são bem claros acerca da responsabilidade de quem comete ato ilícito que viola direito e causa dano a outrem.

“Art. 186. Aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, comete ato ilícito.

Art. 187. Também comete ato ilícito o titular de um direito que, ao exercê-lo, excede manifestamente os limites impostos pelo seu fim econômico ou social, pela boa-fé ou pelos bons costumes.

(...)

Art. 927. Aquele que, por ato ilícito ([arts. 186 e 187](#)), causar dano a outrem, fica obrigado a repará-lo.

Parágrafo único. Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem.”

15. O Requerente, em virtude de não ter recebido o valor exato da indenização que é prevista e garantida por lei, ficou muito frustrado, pois, além de ter sido vítima, sofreu e sofre com as sequelas deixadas pelo acidente, que o limitou permanentemente, mesmo depois de ter juntando todas as provas necessárias não conseguiu receber a quantia que lhe era devida.

16. Além do que, o pagamento da indenização daria ao Requerente e a sua família, melhores condições, amenizando suas preocupações com as contas referentes ao seu tratamento de saúde, já que os mesmos são pessoas de baixa renda, inclusive, entendemos ser essa a função da indenização, já que os valores estabelecidos na lei não são altos, servindo tal indenização apenas para o custeio do tratamento de saúde e ajuda na recuperação do acidentado, tanto é que a SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS – SUSEP e o CONSELHO NACIONAL DE SEGUROS PRIVADOS – CNSP criaram a resolução CNPS nº 14/95, que em seu artigo 10, II, determinou o pagamento de multa, caso a indenização não seja paga em 15 dias, isso para que o acidentado possa usar deste dinheiro em sua recuperação, esse prazo foi prorrogado para 30 dias, pelo 5º, § 1º da Lei 6.194/74, mais não foi retirado o seu caráter de urgência:

Art. 10 – Sem prejuízo de outras penalidades previstas na legislação específica, serão aplicadas às sociedades seguradoras que infringirem disposições da Lei nº 6.194, de 19.12.74, e Lei nº 8.441, de 13.07.92, e das respectivas normas regulamentares, as seguintes penalidades:

(...)

II – multa no valor de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), nos casos do não pagamento de indenização do seguro DPVAT, no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da apresentação da documentação legalmente exigível.

Art . 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos:

(Grifamos)

17. Vale ressaltar, que ao não possibilitar que o Requerente tivesse acesso ao valor devido da indenização, houve agressão ao seu direito e prejuízo direto a pessoa que foi privada dele, além de impedir que o dinheiro da indenização fosse usado no seu tratamento médico, inclusive, esse é o entendimento do Tribunal de Justiça de Sergipe - TJSE para deferir o dano moral, conforme pode ser visto no julgado abaixo transcrito:

"EMENTA APELAÇÃO CÍVEL - AÇÃO DE COBRANÇA - SEGURO DPVAT - DECISÃO QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE A AÇÃO - IRRESIGNAÇÃO - RETIFICAÇÃO DE ERRO MATERIAL CONSTANTE NO DECISUM OBJURGADO - MÉRITO - AUSÊNCIA DE PAGAMENTO DO SEGURO - EXISTÊNCIA DE DANOS FÍSICOS AO AUTOR DECORRENTES DO ACIDENTE SOFRIDO - CANCELAMENTO DO SINISTRO PELA SEGURADORA - CONSTRANGIMENTO - IMPOSSIBILIDADE DE UTILIZAÇÃO DO VALOR DO SEGURO NO TRATAMENTO MÉDICO A QUE FORA SUBMETIDO O DEMANDANTE - OCORRÊNCIA DE DANO MORAL - MANUTENÇÃO DO ÔNUS SUCUMBENCIAL - MAJORAÇÃO DOS HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS - RECURSO CONHECIDO E PARCIALMENTE PROVIDO."
ACÓRDÃO: 2019541, RECURSO: Apelação Cível. PROCESSO: 201800734169 Relator: OSÓRIO DE ARAÚJO RAMOS FILHO, APELANTE:SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DE SEGURO DPVAT S/A, APELADO: SANDRO SANTOS RIBEIRO."

(Grifamos)

18. Diante do exposto, requer que a Requerida seja condenada a pagar ao Requerente indenização por danos morais em valor a ser arbitrado por este juízo, porém, em valor não inferior a R\$10.000,00 (dez mil reais), considerando-se as consequências dos acontecimentos, assim como as condições econômicas da Requerida.

19. Mais uma vez, é importante frisar que, a indenização por danos morais não esta sendo pedida em virtude do não pagamento do prêmio, mas pelas consequências do não pagamento do mesmo e/ou pagamento a menor da indenização, que deixou o Requerente desamparado, sem uma verba importante para custear o seu tratamento médico.

20. Frise-se que, valor menor não irá reparar a ofensa moral sofrida, muito menos vai dissuadir a Ré de tomar as cautelas necessárias, para evitar que cometa novamente atos ilícitos, além de que, o valor é compatível com porte econômico da Requerida e não lhe trará nenhuma dificuldade econômica.

III - DOS PEDIDOS

Diante do acima exposto, o Autor requer a Vossa Excelência:

a) a citação VIA POSTAL da Requerida, no endereço indicado na qualificação, para responder aos termos da presente ação, sob os efeitos da revelia e pena de confissão sobre a matéria fática, com as cominações legais;

b) Que seja a presente demanda julgada antecipadamente, nos moldes previsto pelo Art. 355, inciso I do Código de Processo Civil.

c) Que seja a Requerida condenada a pagar a Requerente a diferença da indenização paga a menor, em virtude do acidente de trânsito narrado acima, no valor de R\$9.112,50 (nove mil e cento e doze reais e cinquenta centavos), referente aos danos causados em seu membro superior direito, respeitando os valores fixados no art. 3º, alínea II, da Lei no 6.194/74, e na improvável hipótese de Vossa Excelência entender que a limitação não é aquela apontada, que seja a Requerida condenada a pagar ao Requerente indenização no percentual correspondente ao dano causado em seus membros lesionados aferido por qualquer meio de prova produzida nos autos, observando a súmula 474 do STJ e os parâmetros estabelecidos em lei, acrescido de atualização monetária e juros à taxa legal, computada a partir do evento danoso (Súmula 54 STJ) e artigo 5º, § 7º da Lei 6.194/74;

d) Que seja julgada procedente a demanda para condenar a Requerida em danos morais no montante estimado em R\$10.000,00 (dez mil reais), considerando-se as consequências dos acontecimentos, acrescido de atualização monetária e juros à taxa legal computada a partir do evento danoso (Súmula 54 STJ).

e) Requer a condenação em custas processuais, honorários advocatícios e sucumbência, sendo estes no montante de 20% sobre o valor da condenação, consoante o artigo 85 do CPC.

REQUER a inversão do ônus probatório, conforme prevê o Código de Defesa do Consumidor, no entanto, protesta provar o alegado por todos os meios de prova admitidos em direito, especialmente pela produção de prova documental, testemunhal (cujo rol declinará oportunamente), depoimentos pessoais, sob pena de confissão, valendo-se o Requerente também das demais provas que se fizerem necessárias no decorrer da instrução processual.

Requer, ainda, a gratuidade judiciária, por ser pessoa de baixa renda, não tendo condições de arcar com às custas e despesas processuais sem prejuízo do sustento próprio.

O Requerente vem informar que não tem interesse na realização de audiência de conciliação, dispensando sua realização desde já.

O valor da causa é R\$19.112,50 (dezenove mil e cento e doze reais e cinquenta centavos).

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Aracaju/SE, 15 de janeiro de 2020.

ELTON SOARES DIAS

OAB/SE 10.289

PROCURAÇÃO

Outorgante: LUIZ GUSTAVO ALCANTARA SANTOS, solteiro, motorista, RG: 30368049 SSP/SE, CPF: 022.218.065-06, residente e domiciliado à Avenida Coletora, nº 2317, Bairro Centro, Nossa Senhora do Socorro/SE, CEP: 49160-000.

Outorgado(a): ELTON SOARES DIAS, brasileiro, advogado, inscrito na OAB/SE sob o nº 10.289 com endereço na Travessa Guaporé, nº 889, bairro Siqueira Campos, Aracaju/SE.

Poderes: por este instrumento particular de procuração, constituo como procurador o outorgado, concedendo-lhes os poderes da cláusula *ad judicium et extra*, para o foro em geral, e especialmente para: **PROPOR AÇÃO CÍVEL** em face




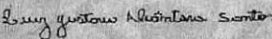

Siquiradon hídes,
podendo portanto, promover quaisquer medidas judiciais ou administrativas, em qualquer instância, assinar termo, substabelecer com ou sem reserva de poderes, e praticar ainda, todos e quaisquer atos necessários e convenientes ao bom e fiel desempenho deste mandato.

Poderes Específicos: A presente procuração outorga ao Advogado acima descrito, os poderes para receber citação, confessar, reconhecer a procedência do pedido, transigir, desistir, renunciar ao direito sobre o qual se funda a ação, firmar compromisso, pedir justiça gratuita e assinar declaração de hipossuficiência econômica, receber dinheiro ou valores ou bens, passar recibos e dar quitação, requerer adjudicação de bens, oferecer plano de partilha de bens, receber partilha de bens, assinar e receber formais de partilha e alvarás, enfim, representar os interesses e direito do Outorgante,

Os poderes acima outorgados poderão ser substabelecidos com ou sem reserva de iguais poderes.

Aracaju, 04/ setembro 2019

LUIZ GUSTAVO ALCANTARA SANTOS
LUIZ GUSTAVO ALCANTARA SANTOS

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL	
MINISTÉRIO DAS CIDADES	
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO	
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO	
NOME LUIZ GUSTAVO ALCANTARA SANTOS	
	DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSORA 30368049 SSP SE
	CPF 022.218.065-06
	DATA NASCIMENTO 26/05/1984
	FILIAÇÃO GILBERTO SANTOS IVANILDA ALCANTARA OLIVEIRA SANTOS
PERMISSÃO 	
ACC 	
CAT. HAB. A.D.	
Nº REGISTRO 04280323260	VALIDADE 09/10/2021
1ª HABILITAÇÃO 02/10/2007	
OBSERVAÇÕES HAB. ESCOLAR; EXERCE ATIV. REMUNERADA;	
Assinatura do Portador 	
ASSINATURA DO PORTADOR	
LOCAL ARACAJU, SE	DATA DE EMISSÃO 14/11/2016
Assinatura do Emissor 	
LUIZ DE AZEVEDO COSTA NETO DIRETOR - PRESIDENTE	
58136351654 SE018586120	
ASSINATURA DO EMISSOR	
DETRAN-SE (SERGIPE)	

VALIDA EM TODO
O TERRITÓRIO NACIONAL
1357706460

PROIBIDO PLASTIFICAR
1357706460

BOLETO PARA PAGAMENTO

Documento sem valor fiscal.

Documento não é segunda-via de conta.

Boleto para simples pagamento da nota fiscal conta de energia elétrica - N° 013.346.711



LUZ, IMAGINAÇÃO, REALIZAÇÃO
ENERGISA SERGIPE-DISTRIB. ENERGIA SA
Rua Min Apolonio Sales, 81 - Inacio Barbosa
Aracaju / SE - CEP 49040-150
CNPJ 13.017.462/0001-63 Insc. Est. 270.767.436

DADOS DO CLIENTE

IVANILDA ALCANTARA OLIVEIRA SANTOS
AV COLETORA A 2317
NOSSA SENHORA DO SOCORRO

CDC - CÓDIGO DO CONSUMIDOR

3/287833-8

REFERÊNCIA

MAI/2019

APRESENTAÇÃO

08/05/2019

CONSUMO

152

VENCIMENTO

01/06/2019

TOTAL A PAGAR

R\$ 100,91

Acesse: www.energisa.com.br

BANCO DO BRASIL PAGAR PREFERENCIALMENTE NO BANCO DO BRASIL

00190.00009 03087.893008 00596.616177 1 79070000010091

Pagador: IVANILDA ALCANTARA OLIVEIRA SANTOS CNPJ/CPF: 150.214.165-53

AV COLETORA A 2317 - M FREIRE I - NOSSA SENHORA DO SOCORRO / SE - CEP 00000-000

Nosso-Número	Nr Documento	Data Vencimento	Valor do Documento	Valor Pago
30878930000596616	000287833201905	01/06/2019	R\$ 100,91	

13.017.462/0001-63

BENEFICIÁRIO: ENERGISA SERGIPE-DISTRIB. ENERGIA SA

RUA MIN APOLONIO SALES, 00081 - INACIO BARBOSA - ARACAJU / SE - CEP 49040-150

Agência / Código do Beneficiário: 3064-3/178003-4



001 - NOSSA SENHORA DA VITORIA TRANSPORTE LTDA
RUA DR JOSE AMILCAR DE AZEVEDO 133 LOT ROSA MARIA
03526090000147

3853

000882 000882 LUIZ GUSTAVO ALCANTARA SANTOS MOTORISTA 001 001 015
Ag. 2346 C/C 424013 Junho/2019 SF.00 IR.00

001	SALARIO BASE	30,00	1.721,27	
450	I.N.S.S SALARIO	8,00		137,70
459	PENSAO ALIMENTICIA			258,19
487	ALIMENTACAO DESCONTO			30,00
515	DESC AVARIAS	06/10		145,40
591	CONT.MENSAL SIND CL23 ^a			34,43
606	CONSIGNADO SANTANDER			246,53
617	DESCONTO EM PARCELAS	01/04		172,38

1.721,27 1.024,63

696,64

1.721,27 1.721,27 1.721,27 137,70 1.325,38 0,00



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA ESPECIAL DE DELITOS DE TRÂNSITO - ARACAJU - SE



BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 029745/2019

DADOS DO REGISTRO

Data/Hora Início do Registro: 19/03/2019 12:04 Data/Hora Fim: 19/03/2019 12:18
Delegado de Polícia: Daniela Ramos Lima Barreto

DADOS DA OCORRÊNCIA

Afeto: Delegacia Especial de Delitos de Trânsito
Data/Hora do Fato: 25/02/2019 21:40

Local do Fato

Município: Aracaju (SE)
Logradouro: Avenida Desembargador Maynard
Complemento: cruzamento com a Rua Bahia

Bairro: Siqueira Campos

Tipo do Local: Via Pública

Natureza	Meio(s) Empregado(s)
1223: Lesão corporal culposa na direção de veículo automotor (Art. 303 Caput da Lei dos crimes de trânsito - CTB)	Veículo

ENVOLVIDO(S)

Nome Civil: LUIZ GUSTAVO ALCANTARA SANTOS (VÍTIMA, COMUNICANTE)

Nacionalidade: Brasileira Naturalidade: SE - Aracaju Sexo: Masculino Nasc: 26/05/1984
Profissão: Motorista
Estado Civil: Solteiro(a)
Nome da Mãe: Ivaniilda Alcantara Oliveira Santos Nome do Pai: Gilberto Santos

Documento(s)

CPF - Cadastro de Pessoas Físicas: 022.218.065-06

Endereço

Município: Nossa Senhora do Socorro - SE
Logradouro: Profa. Fátima Barros Nº: 117
Bairro: Albano Franco CEP: 49.160-000
Telefone: (79) 99950-7579 (Celular)

Nome Civil: DESCONHECIDO 1 (SUPOSTO AUTOR/INFRATOR)

Nacionalidade: Brasileira

Endereço

Município: Aracaju - SE

OBJETO(S) ENVOLVIDO(S)

Grupo Veículo	Subgrupo Motocicleta/Motoneta
CPF/CNPJ do Proprietário 960.411.535-91	Placa OEN0603
Renavam 00537975152	Número do Motor KC16E7D492588
Número do Chassi 9C2KC1670DR492588	Ano/Modelo Fabricação 2013/2013
Cor PRETA	UF Veículo Sergipe
Município Veículo Aracaju	Marca/Modelo HONDA/CG 150 FAN ESI
Modelo HONDA/CG 150 FAN ESI	Veículo Adulterado? Não

Delegado de Polícia Civil: Daniela Ramos Lima Barreto
Impresso por: Marco Antonio Cruz Dantas
Data de Impressão: 19/03/2019 12:18
Protocolo nº: Não disponível

Página 1 de 2



PPe - Procedimentos Policiais Eletrônicos



GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA ESPECIAL DE DELITOS DE TRÂNSITO - ARACAJU - SE

BOLETIM DE OCORRÊNCIA

Nº: 029745/2019

Quantidade 1 Unidade	Situação Envolvido
Última Atualização Denatran 02/02/2016	Situação do Veículo NADA CONSTA
Nome Envolvido	Envolvimentos
Luiz Gustavo Alcantara Santos	Possuidor

RELATO/HISTÓRICO

RELATA O COMUNICANTE QUE PILOTAVA A MOTOCICLETA, PLACA OEN-0603, LICENCIADA EM NOME DE JACKSON LIMA REIS, PELA AVENIDA DESEMBARGADOR MAYNARD, SENTIDO LESTE/OETES, QUANDO O VEÍCULO GM/CORSA, COR CINZA, PLACA NÃO IDENTIFICADA, QUE TRAFEGAVA PELA RUA BAHIA, SENTIDO NORTE/SUL, PASSOU PELO SEMÁFORO VERMELHO E COLIDIU CONTRA A SUA MOTOCICLETA; QUE O COMUNICANTE, AINDA REDUZIU A VELOCIDADE, ENTRETANTO A COLISÃO FOI INEVITÁVEL; QUE ELE E A SUA ESPOSA RAYANE SANTOS VIEIRA MATOS QUE SE ENCONTRAVA NA GARUPA CAÍRAM NA PISTA DE ROLAMENTO; QUE AMBOS FORAM SOCORRIDOS PELA AMBULÂNCIA DO SAMU E ENCAMINHADOS AO HUSE; QUE O COMUNICANTE FOI DIAGNOSTICADO COM UMA FRATURA NO COTOVELO DIREITO; QUE O MOTORISTA CAUSADOR DO ACIDENTE SE EVADIU SEM PRESTAR SOCORRO. QUE PARA FINALIZAR INFORMA QUE NÃO TEM O INTERESSE DE REPRESENTAR CRIMINALMENTE CONTRA O AUTOR DO FATO.

ASSINATURAS

Marco Antonio Cruz Dantas
Responsável pelo Atendimento

Luiz Gustavo Alcantara Santos
(Comunicante / Vítima)

Declaro para os devidos fins de direito que sou o(a) único(a) responsável pelas informações acima assentadas e ciente que poderei responder civil e criminalmente pela presente declaração que dei origem, conforme previsto nos Artigos 339-Denúnciação Caluniosa e 340-Comunicação Falsa de Crime ou de Contravenção do Código Penal Brasileiro.



RELATÓRIO 0319 / 2019 REFERENTE À OCORRÊNCIA

NÚMERO: 1902250726 / ESUS – SAMU

O **SAMU 192 SERGIPE** foi acionado às **21h50min** do dia **25 de Fevereiro de 2019**, para atendimento de vítima identificada como **Luiz Gustavo Alcântara Santos**, com relato de **colisão carro x moto**, no Bairro Siqueira Campos, no município de Aracaju.

A equipe da **Unidade de Suporte Básico – Aracaju** realizou atendimento no local, seguido de remoção para o **Hospital de Urgência de Sergipe – HUSE** do município de Aracaju, onde deixou o paciente aos cuidados da equipe.

Aracaju, 11 de Março de 2019



Dra Mary Ane Machado Tavares
MÉDICA
CRM 1720

P¹ **Andréa Lenir Bastos Paiva Nery**

Coordenadora Médica

SAMU 192 SERGIPE

RELATÓRIO MÉDICO

NOME DO PACIENTE: Luiz Gustavo Alcantara Santos
DATA DA ENTRADA: 25/02/2019
DATA DA SAÍDA: 26/02/2019

Obs.: Dados obtidos mediante análise do prontuário, sem ter contato profissional com o paciente, isto é, a responsabilidade do atendimento cabe aos médicos que o assistiram.

INTERNAMENTO: PS () ENFERMARIA () UTI ()

HISTÓRICO CLÍNICO:

Relato para fins Periciais que, Luiz Gustavo Alcantara Santos teve entrada no HUSE, vítima de acidente de trânsito. Traído pelo SPMU em protocolo. Refere dor na região do MSD com imobilização. Não houve perda de consciência e ênjeto. Foi atendido pelo médico plantonista que o examinou e fez o procedimento. Solicitou avaliação do ortopedista. Após radiografia o ortopedista evidenciou fratura do osso distal sem desvio. Realizada tala gessada axila-pulmar. Foi encaminhado para o ambulatório de ortopedia.

HISTÓRICO CIRÚRGICO:

EXAMES COMPLEMENTARES:

Rx de braço @; Rx de antebraço @; Rx de cotovelo @; Rx de pulso;
Rx cervical; Rx de tórax;

MÉDICOS ASSISTENTES:

Dr. Jorge L. S. S. Filho.
Dr. Saulo Lélis.

CONDIÇÕES DE ALTA: MELHORADO (X) TRANSFERIDO () ÓBITO ()

ARACAJU, 11 de 04 de 2019

Dr. Lígia Braga de Almeida
Análise de Prontuário/SAME/HUSE
CRM 2319

MÉDICO DO SETOR DE ANÁLISE DE PRONTUÁRIO

Cotovelo D AP/PCU

MS/DATASUS

HOSPITAL GOVERNADOR JOAO ALVES FILHO

VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA
INVESTIGADO

No. DO BE: 1864964

DATA: 25/02/2019

HORA: 22:31

USUARIO: ELMENEZES

CNS:

SETOR: 06-SUTURA

IDENTIFICACAO DO PACIENTE

NOME : LUIZ ALCANTARA SANTOS
IDADE.....: 34 ANOS NASC: 00/00/0000
ENDEREÇO.....: RUA EUZEBIO PINHEIRO
COMPLEMENTO....: SUS INOPERANTE BAIRRO: AMERICA
MUNICIPIO.....: ARACAJU UF: SE
NOME PAI/MAE...: SEM DOC /SEM DOC
RESPONSÁVEL....: RAIANE-ESPOSA
PROCEDENCIA....: ARACAJU - CAPITAL
ATENDIMENTO....: ACIDENTE MOTOCICLISTICO (MOTOS)
CASO POLICIAL...: NAO PLANO DE SAUDE.....: NAO
ACID. TRABALHO: NAO VEIO DE AMBULANCIA: SIM

DOC....: SEM-DOC
SEXO...: MASCULINO
NUMERO: 34

CEP....: 49000-000

TEL....: 79-99170-776

TRAUMA: SIM

PA: [X] mmHg PULSO: [] TEMP.: [] PESO: []

EXAMES COMPLEMENTARES: [] RAO X [] SANGUE [] URINA [] TC
[] LIQUOR [] ECG [] ULTRASSONOGRAFIA

SUSPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [] SIM [] NAO

DADOS CLINICOS: Vítima de colisão carro-moto, condutor deste em uso do cinto. Traído pelo SAMU em protocolo ABCDE sem alterações. Abdomen indolor. Bacia estável. Fratura fechada (?) em MSD com imobilizações. Refere dor na região. Mobilização ativa e passiva da cervical sem dor.

ANOTAÇÕES DA ENFERMAGEM: Nega alergias e comorbidades. Sem perda de consciência e vômito

DIAGNOSTICO:

CID:

PRESCRIÇÃO

HORARIO DA MEDICACAO

- ① Metino probecolo 23:10
- ② Dipirona 1amp + AD 18ml IV agora
- ③ Prodenid 100mg + SF 0,9% 100ml IV agora
- ④ Av. da ortopedia

DATA DA SAIDA: / /

ALTA: [] DECISAO MEDICA [] A PEDIDO [] EVASAO

[] ENCAMINHADO AO AMBULATORIO

INTERNACAO NO PROPRIO HOSPITAL (SETOR):

HORA DA SAIDA: :

DESEMPENHO

TRANSFERENCIA (UNIDADE DE SAUDE):

OBITO: [] ATE 48HS [] APOS 48HS

EXAME DE RADIOLOGIA
REALIZADO EM 25/02/19
23:52 HORAS

[] FAMILIA [] IME [] ANAT. PATOL

ASSINATURA DO PACIENTE/RESPONSÁVEL

ASSINATURA E CARIMBO DO MEDICO

- ⑤ Solicito RX de Braço D em 2P.
- ⑥ Solicito RX de antebraço D em 2P
- ⑦ Solicito RX de cotovelo D em 2P
- ⑧ Solicito RX de mão... do

- ⑨ Solicito RX de cervical perfil e AP
- ⑩ Solicito RX de torax AP.

Ortopedia;

Traume em região de cotovelo
há aprox 4 horas. Rx mostra fratura
do úmero distal sem desloc(?)

RD: TG axilo pelvica

Repetir Rx cotovelo AP, Perfil

Dr. Saulo Lélis
Ortopedia e Traumatologia
CRM 4734

Em tempo:

Rx sem desloc.

RD: Exame P1 subclavicular
Alte de 2º e 3º dedos

Dr. Saulo Lélis
Ortopedia e Traumatologia
CRM 4734

MS/DATASUS

HOSPITAL GOVERNADOR JOAO ALVES FILHO

No. DO BE: 1864964
CNS:DATA: 25/02/2019 HORA: 22:31
SETOR: 06-SUTURA

USUARIO: ELMENEZES

IDENTIFICACAO DO PACIENTE

NOME : LUIZ GUSTAVO ALCANTARA SANTOS DOC...: 30368049
IDADE.....: 34 ANOS NASC: 26/05/1984 SEXO...: MASCULINO
ENDERECO.....: RUA EUZEBIO PINHEIRO NUMERO: 34
COMPLEMENTO...: SUS INOPERANTE BAIRRO: AMERICA
MUNICIPIO.....: ARACAJU UF: SE CEP...: 49000-000
NOME PAI/MAE...: GILBERTO SANTOS /IVANILDA ALCANTARA OLIVEIRA S
RESPONSAVEL...: RAYANE-ESPOSA/SAMU TEL...: 79-99170-7
PROCEDENCIA...: ARACAJU - CAPITAL 776
ATENDIMENTO...: ACIDENTE MOTOCICLISTICO (MOTOS)
CASO POLICIAL.: NAO PLANO DE SAUDE.....: NAO TRAUMA: SIM
ACID. TRABALHO: NAO VEIO DE AMBULANCIA: SIM

PA: [X] mmHg] PULSO: [] TEMP.: [] PESO: []

EXAMES COMPLEMENTARES: [] RAIO X [] SANGUE [] URINA [] TC
[] LIQUOR [] ECG [] ULTRASSONOGRAFIA

SUSPEITA DE VIOLENCIA OU MAUS TRATOS: [] SIM [] NAO

DADOS CLINICOS:

DATA PRIMEIROS SINTOMAS: ___/___/___

ANOTACOES DA ENFERMAGEM:

DIAGNOSTICO:

CID:

PRESCRICAO

HORARIO DA MEDICACAO

DATA DA SAIDA: / /

HORA DA SAIDA: :

ALTA: [] DECISAO MEDICA [] A PEDIDO [] EVASAO [] DESISTENCIA
[] ENCAMINHADO AO AMBULATORIO

INTERNACAO NO PROPRIO HOSPITAL (SETOR): _____

TRANSFERENCIA (UNIDADE DE SAUDE): _____

OBITO: [] ATE 48HS [] APOS 48HS [] FAMILIA [] IML [] ANAT. PATOL

ASSINATURA DO PACIENTE/RESPONSAVEL

ASSINATURA E CARIMBO DO MEDICO



RELATÓRIO ESPECIALIZADO

Avaliação de perda funcional e Invalidez permanente, pós tratamento das vítimas de acidente do trânsito.

Número do sinistro R. PO / 00011111 de Odonaluz N= 029745/2019.

Nome do paciente: Luiz Gustavo Menezes Santos Data de nascimento: 26/05/1984

Data do início do tratamento / Acidente 25/02/2019.

1 - Diagnóstico / Causas básicas:

Paciente vítima de queda de moto, com lesão no membro superior direito. Trauma no ombro direito, com fratura do corpo da clavícula. Lesão no antebraço direito com fratura do rádio. Lesão no punho direito com fratura do rádio. Lesão no dedo indicador direito com fratura da base. Lesão no dedo anelar direito com fratura da base. Lesão no dedo médio direito com fratura da base. Lesão no dedo anelar esquerdo com fratura da base. Lesão no dedo médio esquerdo com fratura da base. Lesão no dedo anelar esquerdo com fratura da base. Lesão no dedo médio esquerdo com fratura da base.

2 - Data / Tratamento Realizado:

25/02/2019.
Paciente foi submetido a tratamento conservador de fratura do ombro direito. O uso de gesso foi realizado. Tratamento conservador de fratura do antebraço direito. Tratamento conservador de fratura do punho direito. Tratamento conservador de fratura do dedo indicador direito. Tratamento conservador de fratura do dedo anelar direito. Tratamento conservador de fratura do dedo médio direito. Tratamento conservador de fratura do dedo anelar esquerdo. Tratamento conservador de fratura do dedo médio esquerdo. Tratamento conservador de fratura do dedo anelar esquerdo. Tratamento conservador de fratura do dedo médio esquerdo.

3 - Data / Exames Complementares / Resultados:

25/02/2019.

Rx do braço direito / antebraço e punho direito. Rx do braço esquerdo / antebraço e punho esquerdo.

22/07/2019.

Data

Renato Teixeira CRM 1450
Ortopedia - Traumatologia

Assinatura e Carimbo

4 - Hospitais / Serviços / Prestou atendimento:

25/02/2019. 1ª ATENDIMENTO HOSPITALAR
COV. JONATAS ALBU

5 - Descrição das perdas funcional / Invalidez permanente / Pós-tratamento realizados:

→ Presença total da perda parcial de flexão do cotovelo
→ Presença total da perda parcial do arco de movimento
de pronosupinação do antebraço e
→ Presença total da perda parcial de força motora do
MIO. de Anaxim. braço 30x40%
→ Presença total da perda parcial de função + redução de força
do MIO.

6 - Alta definitiva do tratamento:

1 06/2019.

7 - Data do Exame do Paciente

1 22/07/2019

8 - Segue Exame Anexo

9 - Médico responsável pela avaliação após análise da documentação do primeiro atendimento médico / Internação hospitalar / Histórico do paciente / Exame Físico / Exames Complementares:

Nome do Médico		Renato Teixeira		Nº do CRM	1450	Fone:	(079) 3211-5368
Endereço		Número		Cidade		Estado	
Rua Itaporanga, Bairro Getulio Vargas		598		Aracaju		Sergipe	

Atenção: As sequelas das lesões sofridas só poderam ser determinadas após decorridos 60, 90, 180... 1 ano ou mais tempo da alta definitiva

22/07/2019.

Data

Renato Teixeira CRM 1450
Ortopedia / Traumatologia

Assinatura e Carimbo

2

Consultório de Ortopedia e Traumatologia Dr. Renato Teixeira.

Rua Itaporanga, 598 - CEP: 49055-330, Aracaju - SE, Telefones: (079) 3211-5368 / 9817-5139 / 8848-2270

Rio de Janeiro, 07 de Julho de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190389682

Vítima: LUIZ GUSTAVO ALCANTARA SANTOS

Data do Acidente: 25/02/2019

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Senhor(a), LUIZ GUSTAVO ALCANTARA SANTOS

Informamos que o pagamento da indenização o Seguro DPVAT foi efetuado de acordo com as informações abaixo:

Multa:	R\$ 0,00
Juros:	R\$ 0,00
Total creditado:	R\$ 337,50

Dano Pessoal: Perda completa da mobilidade de um dos cotovelos

25%

Graduação: Em grau residual 10%

% Invalidez Permanente DPVAT: (10% de 25%) 2,50%

Valor a indenizar: 2,50% x 13.500,00 = R\$ 337,50

Recebedor: LUIZ GUSTAVO ALCANTARA SANTOS

Valor: R\$ 337,50

Banco: 001

Agência: 000002346-9

Conta: 000010042401-5

Tipo: CONTA POUPANÇA

NOTA: O percentual final indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, e é aplicado sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente que é de R\$ 13.500,00.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, retorne ao mesmo ponto de atendimento onde foram apresentados os documentos do pedido do seguro DPVAT da cobertura Invalidez Permanente ou acesse o nosso site para maiores informações.

Quer retornar ao mercado de trabalho? Faça parte do Recomeço, programa da Seguradora Líder para beneficiários do Seguro DPVAT. Cadastre seu currículo e confira vagas de emprego em: www.seguradoralider.com.br/recomeco.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você



SINISTRO 3190389682 - Resultado de consulta por beneficiário**VÍTIMA LUIZ GUSTAVO ALCANTARA SANTOS****COBERTURA Invalidez****PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO FREITAS****CORRETORA E SEGUROS EIRELI****BENEFICIÁRIO LUIZ GUSTAVO ALCANTARA SANTOS****CPF/CNPJ: 02221806506****Posição em 31-07-2019 13:35:12**

Desculpe. No momento, não conseguimos localizar informações com os dados que você forneceu. Por gentileza, [Clique aqui](#) e registre uma solicitação para que possamos checar mais detalhes sobre seu caso. Em até 72 horas, entraremos em contato.

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
01/07/2019	R\$ 337,50	R\$ 0,00	R\$ 337,50

Rio de Janeiro, 30 de Julho de 2019

Aos Cuidados de: LUIZ GUSTAVO ALCANTARA SANTOS

Nº Sinistro: 3190389682
LUIZ GUSTAVO ALCANTARA SANTOS

Data do Acidente: 25/02/2019

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: REANÁLISE DE PROCESSO - CONDUTA MANTIDA

Senhor(a),

Em atendimento à sua solicitação, foi feita a reanálise médica do seu pedido de indenização por invalidez permanente, cadastrado sob o **número de sinistro 3190389682**.

Como a documentação apresentada não indica a existência de novas lesões permanentes ou de agravamento daquelas já indenizadas em decorrência do acidente sofrido, o seu pedido de reanálise foi encerrado e o valor indenizado mantido, conforme legislação vigente.

Qualquer dúvida, acesse o nosso site **www.seguradoralider.com.br** ou ligue para o **SAC DPVAT 0800 022 12 04**. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para **0800 022 12 06**. Tenha em mãos o número do sinistro e o CPF do beneficiário.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Carta nº 14632855



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE SOCORRO DA COMARCA DE N. SRA. DO SOCORRO
Rua Dr. Manoel dos Passos, Bairro Centro, N. Sra. Do Socorro/SE, CEP 49160000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202088100080

DATA:

16/01/2020

MOVIMENTO:

Conclusão

DESCRIÇÃO:

Certifico que não houve recolhimento de custas iniciais, tendo a parte autora requerido gratuidade judiciária.
</br>{Via Movimentação em Lote nº 202000019}

LOCALIZAÇÃO:

Juiz

PUBLICAÇÃO:

Não



**Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe**

2ª VARA CÍVEL DE SOCORRO DA COMARCA DE N. SRA. DO SOCORRO
Rua Dr. Manoel dos Passos, Bairro Centro, N. Sra. Do Socorro/SE, CEP 49160000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202088100080

DATA:

16/01/2020

MOVIMENTO:

Despacho

DESCRIÇÃO:

Inicialmente, DEFIRO o pedido de benefício da gratuidade da Justiça, formulado pelo requerente. Frise-se que a concessão da gratuidade afasta, tão somente, o adiantamento das custas processuais, o que não exime da responsabilidade pelo pagamento das verbas de sucumbência, que ficará sob condição suspensiva, com assento no artigo 98, §§ 2º e 3º, do Código de Processo Civil. Dispensar a audiência prévia de conciliação/mediação em razão do expresse desinteresse da parte autora, manifestado na inicial. Cite-se a parte requerida para apresentar contestação, no prazo de 15 dias, sob pena de revelia, nos termos do art. 344 do CPC.

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Sim



Poder Judiciário do Estado de Sergipe
2ª Vara Cível de Socorro

Nº Processo 202088100080 - Número Único: 0000328-94.2020.8.25.0053

Autor: LUIZ GUSTAVO ALCANTARA SANTOS

Réu: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

Movimento: Despacho >> Concessão >> Assistência Judiciária Gratuita

Inicialmente, DEFIRO o pedido de benefício da gratuidade da Justiça, formulado pelo requerente. Frise-se que a concessão da gratuidade afasta, tão somente, o adiantamento das custas processuais, o que não exime da responsabilidade pelo pagamento das verbas de sucumbência, que ficará sob condição suspensiva, com assento no artigo 98, §§ 2º e 3º, do Código de Processo Civil.

Dispensar a audiência prévia de conciliação/mediação em razão do expresso desinteresse da parte autora, manifestado na inicial.

Cite-se a parte requerida para apresentar contestação, no prazo de 15 dias, sob pena de revelia, nos termos do art. 344 do CPC.



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ ANTÔNIO DE NOVAIS MAGALHÃES, Juiz(a) de 2ª Vara Cível de Socorro**, em 16/01/2020, às 14:46:11, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020000090024-43**.



Poder Judiciário
Do Estado de Sergipe

2ª VARA CÍVEL DE SOCORRO DA COMARCA DE N. SRA. DO SOCORRO
Rua Dr. Manoel dos Passos, Bairro Centro, N. Sra. Do Socorro/SE, CEP 49160000
Horário de Funcionamento: 07:00 às 13:00

PROCESSO:

202088100080

DATA:

19/01/2020

MOVIMENTO:

Expedição de Documento

DESCRIÇÃO:

Mandado de número 202088100162 do tipo CARTA CITAÇÃO PROCEDIMENTO COMUM SEM AUDIÊNCIA
[TM4205,MD2372]

 {Destinatário(a): SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT}

LOCALIZAÇÃO:

Secretaria

PUBLICAÇÃO:

Não



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SERGIPE
2ª Vara Cível de Socorro
R. Manoel Passos, Fórum Arthur Oscar de O. Deda
Bairro - Centro Cidade - N. Sra. do Socorro
Cep - 49160000 Telefone - (79)3279-1001

Normal(Justiça Gratuita)



202088100162

PROCESSO: 202088100080 (Eletrônico)
NÚMERO ÚNICO: 0000328-94.2020.8.25.0053
NATUREZA: Procedimento Comum Cível
REQUERENTE: LUIZ GUSTAVO ALCANTARA SANTOS
REQUERIDO: SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT

CARTA DE CITAÇÃO

Prezado(a) Senhor(a),

Através da presente, fica Vossa Senhoria **CITADO(A)**, por todo o conteúdo da petição inicial, de cópia em anexo, parte integrante desta, para, querendo: 1) Integrar a relação processual, nos termos do art. 238 e seguintes do CPC; 2) Apresentar contestação no prazo de 15 (quinze) dias, conforme determinado no art. 335 e seguintes do CPC, sob pena de revelia, além de presumidas como verdadeiras as alegações de fato apresentadas pela parte autora (art. 344 do CPC);

Finalidade: Responder em 15 (quinze) dias.

Despacho: Inicialmente, DEFIRO o pedido de benefício da gratuidade da Justiça, formulado pelo requerente. Frise-se que a concessão da gratuidade afasta, tão somente, o adiantamento das custas processuais, o que não exime da responsabilidade pelo pagamento das verbas de sucumbência, que ficará sob condição suspensiva, com assento no artigo 98, §§ 2º e 3º, do Código de Processo Civil. Dispensar a audiência prévia de conciliação/mediação em razão do expresso desinteresse da parte autora, manifestado na inicial. Cite-se a parte requerida para apresentar contestação, no prazo de 15 dias, sob pena de revelia, nos termos do art. 344 do CPC.

Atenciosamente,

Ilmoº (a) Sr(a)

Nome : SEG LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT
Residência : RUA DANTAS, 5º ANDAR, 74
Bairro : CENTRO
Cep : 20031205
Cidade : RIO DE JANEIRO - RJ - RJ

[TM4205, MD2372]



Documento assinado eletronicamente por **MARIA SÍLVIA LIMA SIMÕES VIEIRA**, Escrivão/Chefe de Secretaria/Secretário/Subsecretário de 2ª Vara Cível de Socorro, em 19/01/2020, às 17:40:19, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico www.tjse.jus.br/portal/servicos/judiciais/autenticacao-de-documentos, mediante preenchimento do número de consulta pública **2020000104416-53**.
